



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 21 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2016.**

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Adjudicação da Empreitada de Obras Públicas – “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase I: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”; -----
2. Aprovação de minuta do contrato adicional à empreitada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches – Penamacor”; -----
3. Proc. 10/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Rua da Misericórdia, 18 e 20 em Penamacor; -----
4. Proc. 11/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Rua de S. Pedro, em Penamacor; -----
5. Proc. 12/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Rua da Frágua, em Aldeia de João Pires; -----
6. Proc. 13/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Estrada Camarária, em Aldeia do Bispo; -----
7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 28 de outubro do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ilídia Cruchinho** informou que no âmbito da celebração do X aniversário da Geminção entre Penamacor e Clamart, a maioria do executivo deslocou-se a Clamart, acompanhado por uma delegação da Academia de Música e Dança do Fundão, constituída pelo soprano Milene Paulico, pelo pianista Bruno Martins e pela flautista Carolina Robalo. Referiu a possibilidade de um intercâmbio entre o Polo de Penamacor e o Conservatório de Música Henri Dutilleux para criação de uma orquestra envolvendo os seis países geminados com Clamart. Deu conhecimento de alguns contactos estabelecidos para venda de produtos portugueses em superfícies comerciais francesas. Salientou a forma gratificante como a geminação é vivida. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

#### **1 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – “REQUALIFICAÇÃO URBANA DE PENAMACOR – FASE I: REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA” -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.<sup>o</sup> Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, que se transcreve: -----  
“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Câmara a adjudicação da empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que a mesma apresenta um preço base superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar e relatório final; -----

PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----

2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase 1: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”, à sociedade António Lourenço, Lda. pelo preço contratual de € 176 540,99 + IVA.

3 – Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.<sup>a</sup> Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato para aprovação.

4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **2 – APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL À EMPREITADA “CASA DA MEMÓRIA DA MEDICINA SEFARDITA ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES – PENAMACOR”. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Por deliberação da Câmara Municipal de 13 de setembro foi autorizada a celebração de adicional ao contrato da empreitada denominada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches - Penamacor”, adjudicada à sociedade José António Parente, Lda. -----

Foi ainda autorizada a realização da respetiva despesa, no valor de 8.647,41 Euros, acrescido de IVA. -----

Assim, tendo em conta o valor global da empreitada, a competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho para autorizar a respetiva despesa, e o disposto no artigo 98º do

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nos termos do qual a minuta do contrato está sujeita à aprovação da entidade com competência para a decisão de contratar, -----

PROPÕE-SE QUE SEJA DELIBERADO aprovar a minuta do contrato adicional à empreitada designada por “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches - Penamacor”, anexa à presente proposta e cuja autorização para a celebração e realização da despesa foi já objeto de deliberação anterior, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária, uma vez que se mostram cumpridos todos os requisitos, designadamente a prestação de caução”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **3 – PROC. 10/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA DA MISERICÓRDIA, 18 E 20 EM PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 45/2016. ----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Limpeza de mato e abatimento das árvores necessárias; -----

Reconstrução de muro de alvenaria de pedra; -----

Vedação do prédio de forma a não permitir a entrada a terceiros; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável "...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas". -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **4 – PROC. 11/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA DE S. PEDRO, EM PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, que se transcreve: -----

"Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 46/2016. ----

**PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO:** -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Limpeza dos entulhos no interior; -----  
Remoção da restante cobertura; -----  
Consolidação do topo das paredes; -----  
Obstrução completa da porta por forma a impedir o acesso indiscriminado com os riscos inerentes para a saúde pública; -----  
Drenagem das águas pluviais; -----  
2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----  
3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----  
4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contra-ordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável "...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas". -----  
5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----  
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **5 – PROC. 12/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA DA FRÁGUA, EM ALDEIA DE JOÃO PIRES. -**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, que se transcreve: -----  
"Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 47/2016. ----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Remoção da restante cobertura; -----

Consolidação do topo da fachada; -----

Obstrução completa da porta por forma a impedir o acesso indiscriminado com os riscos inerentes para a saúde pública; -----

Drenagem das águas pluviais; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contra-ordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável “...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas”. -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**6 – PROC. 13/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA ESTRADA CAMARÁRIA, EM ALDEIA DO BISPO. -**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 48/2016. ----

**PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO:** -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Reparação da estrutura da cobertura com novo assentamento das telhas existentes; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contra-ordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável “...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas”. -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**7 – FINANÇAS MUNICIPAIS.** -----





Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 9.575.447,94 euro e uma despesa também acumulada de 7.043.233,23 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas e dez minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares